

2027 e o caixa: o que muda com a saída do PIS e da Cofins e a entrada da CBS

Em 2027, a Reforma Tributária do consumo deixa de ser apenas uma conversa sobre regras futuras e passa a exigir atenção prática de muitas empresas. A extinção do PIS e da Cofins e a entrada da CBS alteram a rotina tributária federal. Para micro e pequenas empresas, o ponto central é entender como essas mudanças podem afetar preços, documentos fiscais, prazos e, principalmente, o fluxo de caixa.

Este artigo explica o que muda no cronograma da transição, por que o caixa merece atenção especial e quais providências ajudam a empresa a se preparar com antecedência.

O que muda a partir de 2027

Segundo o cronograma oficial da Reforma Tributária do Consumo, 2026 funciona como ano de testes para a CBS e o IBS. A partir de 2027, o PIS e a Cofins são extintos e a CBS passa a substituir esses tributos federais. O Imposto Seletivo também entra em vigor, enquanto o IPI fica reduzido a zero para a maior parte dos produtos, com exceções previstas para a Zona Franca de Manaus.

O IBS continua em fase de transição. A substituição integral de ICMS e ISS ocorre gradualmente entre 2029 e 2032, com o novo modelo em vigência plena a partir de 2033. Por isso, 2027 inaugura uma etapa importante, mas não representa o fim da transição.

As alíquotas e os procedimentos operacionais devem ser acompanhados de perto, pois dependem das regras vigentes e de regulamentações aplicáveis a cada período e atividade. Evitar trabalhar com estimativas genéricas é uma forma de reduzir riscos de planejamento.

Por que o caixa merece atenção desde agora

A tributação não afeta apenas o valor final do imposto. Ela também influencia o momento em que o dinheiro entra e sai da empresa. Quando a rotina fiscal muda, as projeções de recebimento, pagamento e capital de giro precisam acompanhar essa mudança.

A legislação da Reforma prevê mecanismos de recolhimento na liquidação financeira, conhecidos como split payment. Em linhas gerais, esse modelo pode segregar e recolher

valores de IBS e CBS no momento do pagamento. A implementação operacional depende de regulamentação e de cronogramas específicos, mas a lição para a gestão é imediata: o caixa não deve depender de valores que pertencem à obrigação tributária.

Para quem opera com margem apertada, pequenas diferenças no prazo de recebimento ou na disponibilidade de recursos podem afetar compras, folha, aluguel, fornecedores e investimentos. Antecipar esse cenário permite ajustar a operação antes de uma eventual pressão financeira.

Split payment em linguagem simples

Hoje, em muitas situações, a empresa recebe o pagamento da venda e recolhe os tributos em momento posterior, conforme as regras aplicáveis. O split payment foi previsto para conectar o documento fiscal à liquidação financeira e direcionar a parcela tributária conforme a disciplina legal e operacional que vier a ser aplicada.

Na prática, isso reforça uma boa regra de gestão: separar mentalmente e financeiramente o dinheiro da empresa do dinheiro destinado aos tributos. Quem acompanha o fluxo de caixa com frequência tende a identificar mais cedo a necessidade de reforçar a reserva ou rever as condições de pagamento.

Simples Nacional e MEI

O Simples Nacional e o MEI continuam existindo. Ainda assim, a Reforma Tributária traz adaptações para esses regimes, especialmente em regras operacionais, documentos fiscais e na relação com créditos tributários dos clientes.

Empresas do Simples devem avaliar o próprio contexto antes de tomar decisões sobre a forma de recolhimento e a estratégia comercial. Setor de atuação, perfil dos clientes, cadeia de fornecedores, margem e possibilidade de aproveitamento de créditos são fatores que precisam ser analisados caso a caso.

Como preparar o caixa para 2027

1. **Revise o capital de giro.** Calcule quanto a empresa precisa para manter a operação e compare esse valor com a reserva financeira disponível.
2. **Atualize o fluxo de caixa.** Projete entradas e saídas por semana ou por mês, incluindo tributos, compras, folha, aluguel e financiamentos.
3. **Reavalie preços e margens.** Confira se os preços praticados cobrem custos, despesas, impostos e a margem necessária para sustentar a operação.
4. **Organize documentos fiscais.** Mantenha cadastros, emissão de notas e controles internos atualizados para reduzir erros na adaptação às novas regras.

5. **Converse com o contador.** Uma análise personalizada ajuda a transformar o cronograma da Reforma em decisões adequadas para o porte e a atividade da empresa.

O que esperar nos próximos anos

A transição da Reforma Tributária segue até 2033. Durante esse período, regras antigas e novas convivem, e a empresa precisará revisar controles e planejamento sempre que houver mudanças relevantes na legislação ou nos procedimentos operacionais.

O objetivo não é criar alarme. É criar rotina de acompanhamento. Empresas que acompanham indicadores, mantêm controles atualizados e buscam orientação antes de decidir conseguem reagir com mais segurança às mudanças.

Conclusão

A principal mensagem para 2027 é simples: planejamento de caixa não deve começar depois da mudança. Revisar o fluxo de caixa, ajustar margens, organizar documentos e avaliar o regime tributário são atitudes que reduzem imprevistos e apoiam decisões melhores.

Quer entender como a transição pode afetar a sua empresa? A Valcunha Contabilidade pode analisar sua realidade, orientar a preparação e apoiar a organização financeira e tributária do negócio.

Conteúdo informativo. As regras tributárias podem receber regulamentações e atualizações. Para decisões específicas, procure orientação profissional adequada ao seu caso.

Outubro de 2026

Valdomiro F Cunha